

Plano e Orçamento para 2012

Prioridades e Enquadramento Económico dos Açores

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Começamos hoje a discussão do Orçamento da Região para 2012 e do último Plano Regional da programação do investimento público dos Açores, enquadrado pelas Orientações de Médio Prazo 2009–2012.

Ao longo desta Legislatura a acção do Governo da responsabilidade do Partido Socialista apontou sempre no sentido de garantir níveis elevados de eficiência na utilização dos recursos colocados à sua disposição, bem como na eficácia das políticas com vista à obtenção de resultados determinantes para o nosso desenvolvimento regional.

Neste período, a acção do nosso Governo, numa região com uma economia pequena e aberta, teve que ter sempre presentes duas agendas: uma ligada ao crescimento económico e social. Outra para dar resposta às dificuldades introduzidas pela conjuntura externa, quer do país, quer da própria União Europeia, da qual fazemos parte por direito próprio.

Foi graças ao rigor das nossas finanças públicas que diversos programas planeados pelo Governo constituíram-se como a única solução para muitas empresas e muitas famílias açorianas.

Melhorar as qualificações e as competências dos açorianos, promover o crescimento sustentado da economia, reforçar a

solidariedade e a coesão social, ou promover a qualidade ambiental não foram meros objectivos traçados em início de Legislatura. Foram, sim, objectivos que têm sido concretizados através centenas de acções desenvolvidas por todas ilhas e por todos os concelhos dos Açores.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Durante este quadriénio a nossa economia defrontou-se com uma crise internacional, que se iniciou com a instabilidade do sistema financeiro norte-americano e com uma crise orçamental resultante da desconfiança dos mercados sobre a estabilidade das finanças públicas de vários países europeus, que ainda não se conhece o seu fim, em parte devido à fragilidade das respostas políticas da União Europeia.

As implicações dessas crises nos Açores e no país são claras: uma contracção da actividade económica, um esperado aumento do desemprego, uma grave redução do rendimento disponível das famílias, fruto da redução drástica de salários e do aumento de impostos como se encontra espelhado no Orçamento de Estado para 2012.

Junta-se, ainda, a esta situação uma grande escassez no crédito bancário concedido às empresas e às famílias, com consequências na liquidez necessária ao normal funcionamento da economia.

Nos Açores, em 2007 o sistema financeiro injectou 620 milhões de euros na economia. Em 2010 injectou 20 milhões euros e, no corrente ano, este valor já é negativo em 67 milhões euros no primeiro semestre.

Se tivermos em conta que o Plano de Investimentos da Região tem rondado os 500 milhões de euros, a nossa economia tem contado com uma verba a menos equivalente a um Plano Regional.

Ao nível do desemprego a Região apresentou, no 3.º Trimestre de 2011, uma taxa de 11,6%, a segunda mais baixa taxa do país, logo a seguir à Região Centro, que registou 9,6%, tendo a Madeira, com uma população semelhante à nossa, alcançado 14,3% e o país 12,4%.

Esta taxa, assim como a taxa de empregabilidade, tem sido monitorizada com especial cuidado e empenho pelos serviços de emprego e qualificação profissional. Através do inquérito que apurou aquela taxa, estão devidamente identificados os sectores económicos que mais têm sofrido com a crise, destacando-se, como o mais fragilizado os indivíduos do género masculino e os de mais baixas habilitações.

O Partido Socialista, através dos seus governos, soube fazer uma alteração à estrutura do emprego na Região – a relação funcionário público/trabalhador do sector privado, que era de dois para três há apenas dez anos, é agora de dois para seis – saberemos também, dar resposta à crise de desemprego que vivemos.

Esta alteração profunda na estrutura do emprego fez com que a população empregada, que era de 86.930 pessoas em 1995, subisse para 107 557, no 3.º trimestre de 2011, ou seja, que o saldo fosse positivo em 20 627 postos de trabalho.

Uma coisa é certa, apesar de termos mais pessoas empregadas, no decorrer deste ano, enfrentamos um grave problema ao nível do emprego, com taxas de desemprego que não conhecíamos e com algumas expectativas de que continuem a crescer no próximo ano.

O Plano que agora analisamos e o Plano Regional de Emprego em vigor apontam muitas soluções para a melhoria da empregabilidade, que assentam, sobretudo, na melhoria das qualificações, pelo que não temos dúvidas de que um trabalhador bem formado, qualquer

que seja a sua profissão, é um trabalhador mais protegido. É com este objectivo que o governo tem vindo a acompanhar os trabalhadores em situação mais frágil em virtude da sua baixa qualificação, integrando-os em planos de requalificação como por exemplo, o REACTIVAR.

A nossa economia regional contava, também, com um considerável investimento ao nível das autarquias, que apresentou, só em 2010, uma redução de 12,4%, decréscimo que se deverá acentuar no corrente ano.

Assim, as políticas orçamentais, económicas, financeiras e sociais nos Açores para o próximo ano, no quadro das suas disponibilidades financeiras, terão que se articular com as medidas do memorando de entendimento assinado entre o Governo da República e as Instituições Financeiras Internacionais, com os objectivos de desenvolvimento e modernização inscritos nas Orientações de Médio Prazo, bem como, com um conjunto de medidas conjunturais necessárias de apoio às famílias e às empresas açorianas.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Os documentos agora em análise apontam para a minimização dos custos da conjuntura externa, em especial, de medidas da inteira responsabilidade do Governo da República. Apontam também, para o rigor, para competitividade e para a solidariedade, aspectos fundamentais para o período que atravessamos.

Rigor na afectação dos recursos financeiros, o que tem sido apanágio dos governos da responsabilidade do Partido Socialista nos Açores, que sempre assumiram que os projectos a desenvolver

terão de ser priorizados pela sua fundamentação, pelo seu cabimento e financiamento assegurado. O Partido Socialista e o seu governo sempre souberam justificar o porquê de adiar uma obra ou até de não a realizar.

Rigor que é uma mais-valia no quadro do saneamento financeiro nacional e que é indutor de confiança junto das empresas e das famílias e permite manter projectos de investimento público importantes para o desenvolvimento regional.

Rigor que permite um aproveitamento integral e cuidado dos fundos estruturais da União Europeia, um dos pilares de sustentabilidade da despesa pública de investimento, quer seja em infraestruturas e equipamentos públicos, quer seja no cofinanciamento de sistemas de fomento do investimento privado.

A comparação com a situação nacional permite-nos verificar uma boa execução da sua utilização, particularmente no Pro-convergência, que ronda na Região os 46%, enquanto a média no país não vai além dos 29%.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

O governo apresenta a esta Câmara documentos orientados para a competitividade da nossa economia, com políticas sectoriais claras para o turismo, agricultura, pescas e transformação, assentes no investimento de modernização e de ampliação da capacidade produtiva instalada, na adaptação contínua dos sistemas de fomento do investimento privado e na manutenção de sistemas de apoio financeiro, dos quais destacamos as linhas de crédito, que têm contribuído para a sobrevivência de muitas das nossas

empresas. Só em 2012 serão disponibilizados nestas linhas, mais de 20 milhões de euros que suportarão 75% do risco e dos encargos financeiros.

Estamos perante documentos que, no domínio empresarial, não terão apenas uma visão estrita da mera sobrevivência das empresas regionais, que no próximo ano devem ter uma atenção muito especial, por parte de todos nós. Antes apontam para a minimização dos bloqueios naturais à sua expansão e à diversificação das suas actividades, contributos importantes para a diminuição das nossas importações e para a potenciação da exportação dos seus produtos e serviços.

Os apoios à competitividade do nosso tecido empresarial estão também contemplados num conjunto de programas dirigidos ao capital humano, através de uma política de formação e qualificação que visa obter ganhos de produtividade e rendibilidade.

A solidariedade e a coesão social são dos vectores mais importantes do Plano e Orçamento para 2012.

As medidas de consolidação orçamental nacional justificam que a Região tenha que acrescer às medidas destinadas aos segmentos da população mais vulneráveis ao desenvolvimento, verbas consideráveis e programas de combate a fenómenos sociais como o desemprego e inactividade forçada ou a pobreza.

A solidariedade e a coesão social não se fazem de medidas públicas isoladas, pelo que nestes documentos encontram-se inúmeros programas e acções a desenvolver em articulação com as instituições de solidariedade social, parceiros locais imprescindíveis para o desenvolvimento de políticas promotoras da igualdade de oportunidades e da solidariedade.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo

Senhora e Senhores Membros do Governo

Com uma conjuntura económico-financeira nacional e internacional difícil, com uma paralisação do crédito bancário às empresas e às famílias, com a diminuição drástica do investimento das autarquias e o seu incumprimento no pagamento aos fornecedores, ou seja num quadro macroeconómico muito adverso, o Orçamento e o Plano para 2012 procuram ir ao encontro das necessidades das empresas e das famílias açorianas, não descurando o papel do investimento público.

A questão central deste debate não é pois, se este Plano e este Orçamento devia ter um reforço de verbas na rubrica X ou na rubrica Y.

A urgência da actualidade, as especificidades desta crise e os factores externos que nos atingem com esta dimensão exigem que a questão seja outra:

A questão central é esta: Devemos ter outra prioridade do que não seja apoiar as famílias açorianas e as empresas neste momento de grandes dificuldades para as suas vidas? Esta é a pergunta que todos os partidos representados nesta Assembleia têm de responder com muita clareza.

Este não é o momento de discutir por que razão a obra A não avança em 2012 ou porque o montante B foi reduzido em relação ao ano anterior.

Este é, sim, o momento de todos nós percebermos que objectivos mais altos impõem que nos congreguemos em torno de um desígnio: o de ajudar os açorianos a manterem os seus postos de trabalho, o de ajudar os açorianos a arranjam emprego, o de

ajudar os açorianos a suportar melhor os tempos austeros que se aproximam rapidamente.

Qualquer partido nesta casa pode discordar de algumas políticas constantes nos documentos que vamos debater. Esta é, aliás, a essência da democracia e do debate político saudável.

Não pode é discordar da opção social que estes documentos comportam, como não pode assumir uma postura irresponsável de propor mais do que a Região pode suportar.

Este Plano e este Orçamento são, assim, documentos de excepção para tempos excepcionais. Estes tempos exigem união, compreensão e consensos.

Cada um que assuma as suas responsabilidades, mas, no final desta semana, todos nós temos a obrigação política, moral e social de dizer aos açorianos que nos esforçamos o mais possível para que consigam ultrapassar 2012 com o mínimo de constrangimento possível.

É essa a nossa obrigação.

Quem ninguém se demita.

Os açorianos não perdoariam!

Horta, Sala das Sessões, 28 de Novembro de 2011

O Deputado Regional: José Rego